

Adriano Pires é indicado à presidência da Petrobras

Executivo Silva e Luna será substituído por Adriano Pires, em decisão discutida com Forças Armadas

Bolsonaro decide demitir presidente da Petrobras

Andrea Jubé, Daniel Rittner, Lu Alko Otta e Rafael Bitencourt
De Brasília

Em meio à sua insatisfação e de seus aliados políticos com os reajustes dos preços dos combustíveis e seus efeitos inflacionários em ano eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro decidiu ontem demitir o atual presidente da Petrobras, o general Joaquim Silva e Luna, e nomear para o cargo o consultor Adriano Pires, especialista em energia.

A preocupação de Bolsonaro e aliados é que a inflação pressionada pela alta dos combustíveis reduza a taxa de aprovação do governo e, assim, diminua suas chances de reeleição. A substituição foi tratada pelo presidente com a cúpula das Forças Armadas. Segundo o Valor apurou, o ministro da Economia, Paulo Guedes, não participou do processo de escolha do novo presidente da Petrobras.

Na equipe econômica, há restrições a Adriano Pires por causa de suas críticas ao modelo de privatização da Eletrobras. Pires, porém, tem em comum com Guedes a defesa da privatização da estatal. Em artigo publicado em outubro no site "Poder 360", o economista disse que vender a Petrobras seria a "solução final para os preços dos combustíveis". O ministro também tem visão crítica sobre o papel da estatal na economia brasileira. Guedes, nos debates internos, argumenta que a Petrobras funciona como um monopólio verticalizado, dominante em vários segmentos do setor de petróleo, combustíveis e outros derivados.

No ano passado, a empresa registrou lucro recorde, superior a R\$ 100 bilhões. Por isso, o ministro defende que a estatal contribua neste momento de alta do preço do petróleo no mercado mundial com a redução de sua margem de lucro e, diminuindo a intensidade dos reajustes dos preços.

No Palácio do Planalto, a escolha foi considerada técnica dentro do governo. A dúvida é saber como Adriano Pires conciliará sua postura técnica, de defesa do livre mercado, com as demandas de Bolsonaro para controlar os preços da gasolina, do etanol e do óleo diesel.

Neste ano, a variação média do preço da gasolina foi de 18,71%.

segundo o cálculo do Valor Data. O governo renova seu compromisso de respeito à sólida governança da Petrobras, mantendo a observância dos preceitos normativos e legais que regem a empresa", afirmou o Ministério de Minas e Energia na nota em que oficializou a indicação de Pires e mais outros nomes que representariam a União, acionista controladora, no conselho de administração da Petrobras.

A lista apontou também Rodolfo Landim para exercer a presidência do conselho, conforme já sinalizado pelo governo. Os outros seis indicados para o conselho são: Sonia Villalobos, Luiz Henrique Caroli, Ruy Flaks Schneider, Carlos Weber, Eduardo Karrer e Marco Eduardo Lessa Brandão.

Villa-Lobos é professora de

pós-graduação e já atua como conselheira da Petrobras desde 2018. Schneider, engenheiro, também já faz parte do colegiado na petroleira e na Eletrobras. Weber, que trabalhou por 16 anos na estatal e foi um dos pioneiros no desenvolvimento da Bacia de Campos, seguiu carreira em outras empresas da cadeia de petróleo e gás.

Caroli é almirante de esquadra da Marinha e foi representante do Brasil junto à Organização Marítima Internacional. Karrer foi executivo de empresas como Brasil Plural, Rio Polímeros e Eneva. Brandão já foi membro do conselho de companhias como CEG, Cemig, Progen e Multiner.

Para assumir, eles dependem de aprovação pela assembleia geral ordinária da Petrobras, que ocorrerá no dia 13 de abril. O



Silva e Luna: general de reserva foi submetido a intenso processo de fritura e saída recebeu aval de Braga Netto

anúncio ocorreu depois de mais um dia em que Silva e Luna foi submetido a um intenso processo de fritura nos bastidores. Sua substituição foi discutida em reunião hoje do presidente Bolsonaro com o ministro da Defesa, Walter Braga e Netto, e os comandantes das três Forças Armadas no Palácio do Planalto.

Silva e Luna já não tinha mais o apoio de militares do governo. O único que o apoiava, até a semana passada, era o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Ele também entrou em colí-

são com a ala política do governo e com o próprio chefe do Executivo, ao não conseguir resolver o problema da escalada dos preços dos combustíveis, uma missão que lhe foi delegada pelo próprio Bolsonaro. Nas últimas semanas, Bolsonaro levou a público em discursos a irritação com Silva e Luna. Criticou o presidente da Petrobras por não ter aguardado a sanção do pacote de combustíveis aprovado no Congresso antes de anunciar o aumento de até 18% no preço da gasolina. O Valor apurou que emiss-

rios de Bolsonaro chegaram a convidar o empresário Rodolfo Landim, que também preside o Flamengo, para suceder a Silva e Luna na presidência da Petrobras. Mas Landim recusou o convite e, em contrapartida, aceitou a oferta para se tornar conselheiro e ser eleito presidente do conselho de administração da empresa. Pires chegou a ser cotado para comandar o Ministério de Minas e Energia durante o período da transição de governo, após a vitória de Bolsonaro na eleição de 2018.

Papéis da petroleira registraram leve piora

Mathus Prado
De São Paulo

As ações da Petrobras, que já operavam em queda durante a sessão de ontem temendo diminuição da demanda por petróleo durante o lockdown imposto em Xangai, maior cidade da China, registraram piora após a veiculação de notícias que apontavam para a saída de Joaquim Silva e Luna do comando da estatal.

Assim, na mínima intradiária, os papéis ordinários da companhia chegaram a ceder mais de 3%. No fechamento, minutos depois, o saldo negativo foi de 2,63% para as ordinárias e 2,17% para as ações preferenciais, piorando para quedas de 2,97% e 2,41% no after market. Às 20h, recibos de ações (ADRs) da empresa negociadas na Bolsa de Nova York (NYSE) registraram queda de 0,49%.

Para Gustavo Harada, chefe da mesa de renda variável da Blackbird Investimentos, a movimentação deixa impressão fortemente negativa. O profissional argumenta que, apesar dos passos dados para que a Petrobras se torne cada vez mais independente do governo, a decisão indica que, qualquer reajuste que vá contra a narrativa do Planalto, passa a ser um risco de intervenção.

Alan Gandelman, CEO da Planer Carteira, também entende que a decisão gera aumento nos riscos envolvendo a política de preços da companhia, principalmente por conta da mudança de sete membros do conselho da companhia, anunciada após o fechamento do mercado.

Indica, no entanto, que Adriano Pires, sócio do Centro Brasileiro de Infraestrutura e nome escolhido para assumir a presidência da empresa, é respeitado pelo mercado e já disse em ocasiões anteriores ser contra mudanças na política de preços da Petrobras. É que Rodolfo Landim, escolhido para presidir o conselho, também é bem recomendado.

"Me surpreenderia muito se os dois, com a bagagem que têm e os sinais recentes que deram, simplesmente aderissem a qualquer mudança na política de preços que fosse prejudicial à companhia", diz. "Vamos precisar aguardar os discursos dos dois e também do presidente da República."

A Ativa Investimentos afirma, através do analista Ilan Arbelman, que a indicação é medida técnica e apoia as transformações operacionais e financeiras realizadas pela companhia desde a metade da década passada.

Como foi armada a conspiração contra o general

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

Um dos maiores críticos das gestões do PT à frente da Petrobras, o economista Adriano Pires, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e fundador do Centro Brasileiro de Infraestrutura, será substituído, no cargo de presidente da companhia, a presenças iguais — ou maiores — do que aquelas que a levaram ao fundo do poço.

Nunca a Petrobras produziu tantos estudos sobre a política de preços como nas semanas da fritura do presidente da companhia. O general Joaquim Silva e Luna buscava se cercar de argumentos para responder aos questionamentos do presidente da República, que, além de detoná-lo publicamente, pedia relatórios diários sobre a evolução dos preços.

Nunca, também, um presidente da Petrobras recebeu — e negou — tantos pedidos para a ocupação de cargos. As regras de governança da companhia o obrigaram a rejeitar a maior parte deles. As regras foram adotadas depois da Lava-Jato pelo Comitê de Integridade, Remuneração e Sucessão, que passou a

acompanhar de perto o cumprimento da nova governança formulada pelo ex-conselheiro Francisco Petrus no gesto Pedro Parente.

Foram essas duas presenças que empurraram Silva e Luna para fora da Petrobras. Bolsonaro, como se viu no discurso de pré-lançamento de sua candidatura no domingo, está empenhado em resuscitar a campanha do "bem contra o mal", mas para o eleitor, hoje, não há mal maior do que a inflação.

Dois temores assolam a companhia. O primeiro é o de que uma nova gestão derrube o preço, ancorado na perspectiva do fim da guerra da Ucrânia. O presidente da empresa pode mudar a política de preços, ouvindo os diretores, e depois comunicar ao Conselho. No governo alimenta-se a expectativa de que não haverá pressão dos combustíveis, a inflação e, consequentemente, os juros, despencariam.

O segundo temor é o de que a companhia se valha do aumento de receita auferido ao longo desse período de petróleo — mais de US\$ 100 bilhões — para avançar projetos à la Sete Brasil, já da coroa mara adotada depois da Lava-Jato para gerir os investimentos do pré-sal. Não faltam candidatos. Dos ga-

sodutos para as termelétricas às usinas nucleares, todos querem uma lasquinha do superávit de receita da estatal.

O ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, apareceu como o principal operador da fritura de Silva e Luna. Não faltam razões. Está para ser votado na Câmara, por exemplo, projeto de lei que joga na conta do pré-sal o custo dos gases das termelétricas, galinha dos ovos de ouro do Centrão.

O gabinete do general, porém, também identificou mais do que a aquiescência do ministro das Minas e Energia, almirante da reserva Bento Albuquerque, com sua saída. Quando Silva e Luna deixou de Itaipu, outra empresa sob o guarda-chuva do MME, indicou o general João Francisco Ferreira, seu colega da Academia Militar das Agulhas Negras, para o cargo de diretor. Quando chegou a completar um ano e foi substituído pelo almirante Anatolício Ridsen Junior, ex-diretor financeiro da companhia.

A Marinha, que tinha o presidente do Conselho de Administração, o almirante da reserva Leal Ferreira, até fevereiro, não conseguiu tomar o comando da estatal,

mas já tem um almirante na fila para assumir uma diretoria ao lado de nomes do Centrão.

A capacidade da Marinha de fazer transitar seus interesses junto ao presidente da República se fez notar em Moscou quando Bolsonaro revelou o que até então era tratado como agenda secreta da viagem, o acordo para que a Rússia realizasse testes do reator do submarino nuclear, que foram rejeitados pela França, principal parceira do projeto, e pelos Estados Unidos.

Até os minoritários aderiram à corrente para derrubar Silva e Luna. O conselheiro Marcelo Mesquita, representante dos minoritários, foi contra a recondução do general no Conselho de Pessoas da estatal.

O interesse na caixa da Petrobras encontra respaldo na capacidade de investimentos que a elevação do preço do barril do petróleo propiciou à estatal nos últimos meses. Um ex-diretor também avalia que o endividamento da Petrobras, que chegou a US\$ 180 bilhões, já caiu para um terço desse valor, o que permitiria a companhia novamente se alavancar.

Foi este temor que levou acionistas minoritários e estrangeiros

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 9